



Relatório e Contas | Junho
**IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada
EUR 2026 - Série I**

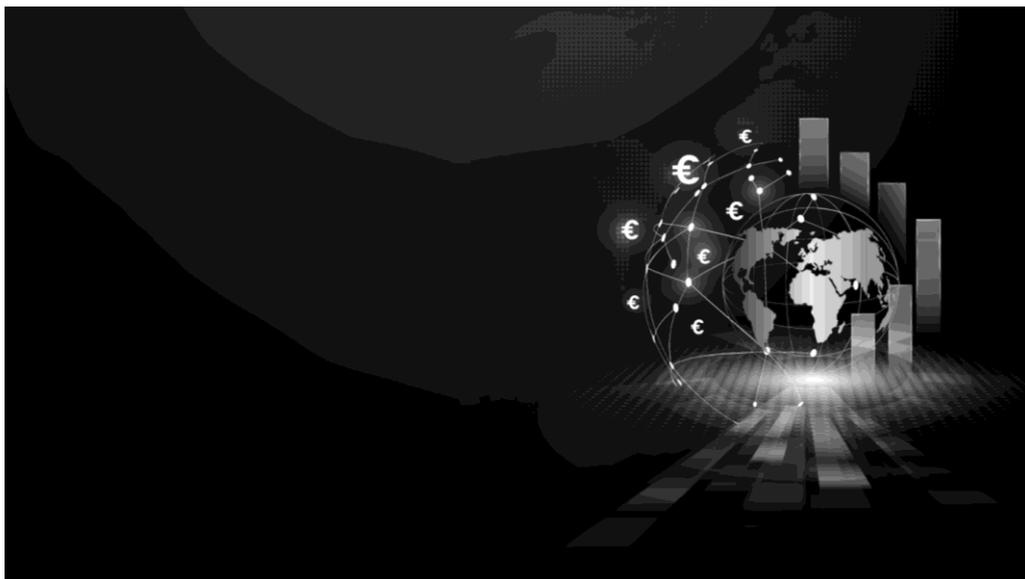
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Obrigações	13
Informação relativa à Gestão do Fundo	15
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	16
Eventos Subsequentes	17
Notas Informativas	18
Balanço	30
Demonstração de Resultados	33
Demonstração de Fluxos de Caixa	35
Anexo às Demonstrações Financeiras	37
Relatório de Auditoria	46



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

A 31 de maio de 2024 foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo de Investimento Mobiliário de Obrigações, com duração limitada, com a denominação de "IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS TAXA INDEXADA EUR 2026 - Série I - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações".

O fundo é constituído por um período de 23 meses e 14 dias, ocorrendo a sua liquidação a 30 de junho de 2026.

O fundo iniciou a sua comercialização a 17 de junho de 2024.

A Categoria A de Unidades de Participação do fundo constituiu-se em 18 de julho de 2024, data de início de atividade do fundo.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço**Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Relatório de Auditoria****Síntese da Evolução dos Mercados**

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por elevados níveis de volatilidade, quer económica, quer nos mercados financeiros e respetivo aumento dos riscos de abrandamento severo do ritmo de atividade, em larga medida induzidos pelas políticas da nova Administração Trump.

Logo à partida, a expectativa era de desaceleração do ritmo de crescimento económico das principais economias mundiais, para um regime mais próximo do potencial. O ciclo económico previa-se, ainda assim, suportado por fundamentais resilientes, como a solidez do balanço das famílias e empresas na generalidade das economias desenvolvidas, por níveis ainda robustos de crescimento do rendimento real disponível, e pelo impulso relacionado com os cortes de taxas diretoras dos bancos centrais e as políticas orçamentais mais expansionistas em alguns países.

Apesar de as expectativas macroeconómicas não estarem desajustadas da realidade, o tema dominante do primeiro semestre de 2025 foi o impacto das políticas e da retórica da Administração Trump.

Efetivamente, desde o início do seu segundo mandato, Donald Trump executou um número recorde de ordens executivas, que incluíram desde a reversão de medidas/políticas da administração anterior, até à imposição de tarifas comerciais na persecução de múltiplos desígnios de política externa.

O recurso a este instrumento evoluiu em crescendo. Logo no dia da inauguração, Donald Trump emitiu um memorando denominado “*America First Trade Policy*” que instruiu a investigação de práticas comerciais injustas a vários departamentos governamentais, assim como a viabilidade da criação de um serviço externo de receitas para cobrar tarifas e outras receitas relacionadas com o comércio externo, e a análise das causas dos défices comerciais dos EUA e as suas implicações económicas para a segurança nacional, recomendando medidas como uma tarifa suplementar global para suprir tais défices.

Seguiram-se múltiplos anúncios de tarifas, que visaram numa fase inicial o México, o Canadá e a China (25%, 25% e 10%, respetivamente), no âmbito da crise de opióides nos EUA, que viriam a ser reforçadas no caso chinês para 20%. Foram ainda implementadas tarifas setoriais sobre os automóveis, o aço e o alumínio e mesmo, de forma mais mediática e extrema, tarifas “recíprocas” generalizadas com a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA (excluindo a Rússia, Bielorrússia, México, Canadá e Cuba), que variaram entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%.

A pressão diplomática/judicial doméstica e a resposta à reação tumultuosa dos mercados financeiros, estiveram na origem da “pausa” das tarifas recíprocas, anunciada por Donald Trump no dia 9 de abril. A referida pausa

fixou as tarifas recíprocas durante um período de 90 dias (até 9 de julho) num nível base de 10%.

Apesar da postura hostil dos EUA, as retaliações dos seus parceiros comerciais foram relativamente contidas, à exceção da China, que depois de igualar a tarifa recíproca dos EUA (34%), desencadeou uma escalada contínua de ambas as partes. Esta escalada culminou em tarifas de 145% cobradas pelos EUA e 125% de tarifa chinesa sobre os bens norte-americanos, níveis que ameaçaram paralisar as trocas comerciais, impactar o funcionamento das cadeias de abastecimento e mesmo uma recessão global.

Desde então, e até ao final do primeiro semestre, assistiu-se a um retrocesso relevante das tarifas dos EUA.

Depois de um período de suspensão das conversações entre os EUA e a China, cedências de ambas as partes relacionadas com o restabelecimento do fornecimento de bens e de outras matérias de cariz diplomático, permitiram reduzir drasticamente as tarifas cobradas por ambos os blocos, para 30% pelos EUA e para 10% pela China.



Não obstante, o nível médio de tarifas cobradas pelos serviços fronteiriços dos EUA permanece, mesmo depois do retrocesso das tarifas dos EUA sobre os bens provenientes da China, historicamente elevado. Depois de atingir um nível máximo estimado de aproximadamente 30% em abril, a tarifa média terminou o trimestre próxima de 15%, o que ainda assim representa o patamar mais elevado desde 1938. Nota adicional para o facto de estarem ainda pendentes tarifas setoriais, sobre os fármacos, a madeira, os semicondutores, o equipamento eletrónico, o cobre, etc., que poderão impulsionar o nível médio das tarifas dos EUA para níveis próximos ou mesmo acima de 20% nos próximos meses.

A imposição de tarifas originou um fenómeno de antecipação de importações, o que impulsionou as exportações de vários blocos económicos para os EUA e, conseqüentemente, também o perfil de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025. A União Europeia esteve entre os principais beneficiários deste fenómeno, com as exportações da região para os EUA a exibirem um crescimento de 74,1% em março, comparativamente ao nível de final de 2024 e de 64% em termos homólogos.

Destaque principal para o crescimento das exportações da Irlanda (+396,6% face ao período homólogo) e da Suíça (+342,9% em termos homólogos).

O impacto das políticas da Administração Trump à escala global não se resumiu à temática das tarifas comerciais. A postura adversa contra a União Europeia, no âmbito geopolítico, com destaque para o afastamento dos EUA da UE em matérias como o apoio militar à Ucrânia, teve implicações significativas na região. Desde logo, poucos dias após a vitória nas eleições na Alemanha, a 23 de fevereiro, a CDU iniciou conversações com o SPD para a formalização de uma coligação governativa e para a flexibilização do travão da dívida. O resultado das conversações seria revelado apenas alguns dias depois, com um acordo preliminar para um fundo de investimento em infraestruturas de 500 mil milhões – equivalente a cerca de 11% do PIB – e para o reforço substancial dos gastos em defesa.

De forma relacionada, foi igualmente lançada a iniciativa ReArm da UE, que entre outras medidas oferece assistência financeira para gastos em defesa e permite a ativação da cláusula de escape, um mecanismo de flexibilização que prevê um

desvio temporário das regras de disciplina orçamental para acomodar o aumento dos gastos em defesa pelos Estados-Membro da união.

Em suma, a expectativa de maior impulso orçamental na região e de investimento/revitalização da competitividade da economia alemã originou perspetivas macroeconómicas mais benignas para a Área do Euro, embora maioritariamente numa perspetiva de médio-prazo.

Como referido anteriormente, o fenómeno de antecipação das tarifas comerciais significou distorções económicas significativas ao longo do primeiro trimestre de 2025. O PIB dos EUA contraiu 0,5% no primeiro trimestre do ano, o que correspondeu ao pior trimestre desde 2022. O consumo privado cresceu apenas 0,5%, o pior trimestre desta rubrica desde o pico da pandemia, impactada pelas condições meteorológicas desfavoráveis nos meses de janeiro e de fevereiro.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1,3% no período, impulsionada pelo investimento em equipamento, potencialmente relacionado com a antecipação das tarifas. Ainda assim, as rubricas mais

impactadas por esse tema foram as importações (crescimento anualizado de 38%, que motivou um contributo negativo das exportações líquidas de -4,6%) e a acumulação de inventários (contributo de +2,6% para o crescimento anualizado do PIB no 1º trimestre).

Tendo em conta a origem da contração do PIB nos primeiros três meses do ano, muito baseada na antecipação de importações e em outros fatores transitórios, antecipa-se alguma recuperação no segundo trimestre. Ainda assim, é esperado um crescimento modesto no segundo semestre de 2025, fruto do impacto económico negativo da agenda económica da Administração Trump, assim como do menor ímpeto do investimento em estruturas e da menor dinâmica do mercado laboral.

Ao contrário dos EUA, a Área do Euro viu-se penalizada por um conjunto de fatores que condicionaram o seu ritmo de crescimento no período pós-COVID, entre os quais um menor impulso orçamental, o impacto da crise energética e o menor impulso associado ao investimento tecnológico.



Mais recentemente, a expansão orçamental, a queda dos custos energéticos e os cortes de taxas de juro do Banco Central Europeu deverão contribuir para um enquadramento económico mais favorável na região.

Por outro lado, apesar da retoma do ritmo de crescimento da Área do Euro nos últimos quatro trimestres, e em particular no primeiro trimestre de 2025 (+0,6% em cadeia), e de esta ter assentado num desempenho razoável do consumo privado, houve igualmente contributos significativos de rubricas de investimento impulsionadas pelo desempenho da Irlanda, a par do contributo relevante do crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2025. É, assim, expectável que o ritmo de crescimento nos próximos trimestres seja mais modesto, com base na reversão parcial do crescimento das exportações e no impacto económico das tarifas comerciais dos EUA.

O crescimento de 1,2% em cadeia do PIB da China nos primeiros três meses de 2025 constituiu uma surpresa positiva para os investidores, assente no bom desempenho do consumo privado, na resiliência das exportações e no crescimento suportado do investimento não residencial. Não obstante,

continua a ser notório o papel dos estímulos orçamentais e monetários, com vista à dinamização da procura doméstica, sendo expectável o anúncio de estímulos adicionais até ao final de 2025. Em oposição, a situação vulnerável do mercado imobiliário manteve-se no decorrer do primeiro semestre e apesar das medidas estatais para estabilizar este segmento, não se projeta uma retoma relevante neste segmento até ao final de 2025.

A trajetória inflacionista manteve-se globalmente descendente ao longo dos primeiros seis meses do ano, embora no caso das principais economias desenvolvidas ainda em níveis próximos ou acima do objetivo dos bancos centrais.

Depois de leituras algo pressionadas entre dez-24 e jan-25, a inflação nos consumidores nos EUA retomou a trajetória de arrefecimento nos meses seguintes, o que contribuiu para o retrocesso da inflação homóloga para 3,4% em maio, próxima de mínimos desde o início de 2021. Embora a inflação no segmento dos serviços permaneça excessiva, em 3,4%, o seu nível é já algo inferior aos 3,9% no final de 2024.

Não obstante a evolução algo favorável da

inflação nos EUA ao longo dos últimos meses, são já visíveis alguns sinais de contágio das tarifas na inflação, uma tendência que se deverá acentuar nas leituras inflacionistas do terceiro trimestre do ano. Esta tendência estará não só relacionada com a transmissão (pelo menos parcial) das tarifas aos consumidores, mas também com o impulso inflacionista decorrente da depreciação do dólar. Por outro lado, a quebra da cotação das matérias-primas energéticas e da inflação nos serviços, em particular no segmento imobiliário, poderão anular parte da aceleração da inflação perspectivada para os EUA.

A inflação europeia confirmou as expectativas de retrocesso ao longo do primeiro semestre de 2025, com um abrandamento de 2,5% para 2% da inflação total, em termos homólogos, entre dezembro de 2024 e junho de 2025. Embora a inflação subjacente permaneça ainda acima do objetivo do banco central, também essa rubrica assinalou uma moderação de 2,7% para 2,3%, no mesmo período. À semelhança do caso norte-americano, também aqui a inflação nos serviços permanece pressionada (3,3%), embora igualmente numa trajetória

descendente desde o final de 2024 (4,0%), sendo expectável que a desaceleração do crescimento dos salários consolide o retrocesso da inflação nesta rubrica. A valorização do euro e a queda dos preços das matérias-primas energéticas estão igualmente entre os potenciais drivers das menores pressões inflacionistas esperadas no segundo semestre de 2025.

O perfil de desinflação e as perspetivas de continuidade deste processo na Área do Euro contribuíram para a postura ativa do Banco Central Europeu, com cortes acumulados de 100 pontos base da sua taxa diretora, para 2% em junho. De acordo com estudos empíricos do banco central, a sua taxa diretora estará agora no intervalo estimado (entre 1,75% e 2,25%) para a taxa de juro de equilíbrio/neutral. Tal deverá significar uma postura mais expectante do banco central no segundo semestre.

O BCE deverá ainda assim voltar a cortar a sua taxa diretora em 2025, com enviesamento para cortes adicionais em caso de abrandamento económico mais pronunciado ou de uma desaceleração mais significativa da inflação.



O perfil modesto da inflação justificou cortes pronunciados de outros bancos centrais, incluindo os 100pb do Banco Central da Dinamarca e os 50pb do Banco Central da Suíça, para 1,6% e 0%, respetivamente. Apesar dos níveis ainda excessivos da inflação, também o Banco de Inglaterra cortou as suas taxas diretoras em 50pb em 2025.

Numa perspetiva relativa, a missão da Reserva Federal dos EUA é francamente mais desafiante. Não obstante o progresso desinflationista atingido nos últimos meses, esta não só permanece acima do objetivo, como deverá acelerar no decorrer do segundo semestre do ano, o que, em combinação com o perfil ainda resiliente da generalidade dos indicadores de atividade, justificou a ausência de cortes de taxas diretoras pelo banco central, bem como a sua retórica mais cautelosa, pese embora os níveis ainda historicamente elevados da sua taxa de referência (4,5%).

Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão voltou a subir a sua taxa diretora em janeiro, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a depreciação do iene.

O clima de incerteza macroeconómica e geopolítica descrito esteve na origem do aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2025.

Embora os cortes de taxas de juro do BCE tenham mantido as taxas de juro de mercado ancoradas nas maturidades mais curtas dos emitentes da região (-22pb desde o início de 2025 na Alemanha), o aumento dos gastos em defesa e em infraestruturas, a perspetiva de aumento da emissão de dívida e a antecipação de maior crescimento potencial alimentou subidas das taxas de juro das maturidades mais longas e originou o aumento da inclinação da curva de rendimentos.

Assistiu-se assim a uma subida de 24pb das taxas de juro com maturidade a 10 anos da Alemanha, para 2,6%. A variação de taxas em França, Espanha e Portugal foi mais contida, o que originou estreitamentos dos respetivos spreads. A perceção de estabilidade política em Itália e o sucesso na gestão das necessidades de financiamento contribuíram mesmo para a queda da yield a 10 anos no primeiro semestre do ano, o que conduziu o respetivo *spread* contra a Alemanha a mínimos desde 2010 (87pb).

Nos EUA, o movimento a taxa de juro a 10 anos foi descendente (-34pb), para 4,23%. O prazo com maturidade a 2 anos assinalou uma quebra mais pronunciada, de 52 pb, fruto da expectativa de cortes de taxas diretoras pela Fed, com vista à minimização dos impactos económicos adversos da Administração Trump.

Os movimentos descritos das curvas de taxa de juro traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, mais modestos para o índice europeu, que valorizou 0,52%, enquanto o índice de dívida agregada norte-americana ganhou 3,02% no semestre (em moeda local).

O desempenho da dívida empresarial europeia contou não só com o contributo dos níveis atrativos de taxas, mas igualmente do estreitamento adicional dos spreads de risco, tanto no segmento de *investment grade* como na dívida *high-yield* (-10 e -6pb no semestre), o que resultou em valorizações de 1,39% e 2,73%, respetivamente.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos *spreads* (25pb

no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+4,2%).

Apesar da volatilidade exibida pela dívida empresarial *high-yield* dos EUA – relacionada com a evolução dos riscos de recessão – e da subida (marginal) do spread desse segmento no semestre, o nível absoluto de taxas (*carry*) e a queda da taxa de juro soberana contribuíram para ganhos de 4,6% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA valorizou 1,8% no semestre.

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 4,2% e 4,7% da dívida empresarial e soberana no semestre, respetivamente.

A trajetória de depreciação do dólar beneficiou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa valorização próxima de 12% desse segmento.



Apesar do enquadramento macroeconómico descrito e do surgimento de forças potencialmente disruptivas – como o *Deepseek* – os mercados acionistas dos EUA mantiveram-se resilientes e somaram ainda assim ganhos. Não obstante a compressão dos múltiplos dos principais índices, estes mantiveram-se suportados pelo crescimento resiliente dos resultados empresariais e pelo *guidance* ainda favorável, o que resultou em valorizações de 5,5% quer do S&P500 quer do Nasdaq.

O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+11,96%), de telecomunicações (+10,6%) e de financeiras (+8,4%), com consumo discricionário (-4,2%) e de saúde (-2,0%) entre os piores. As

empresas de menor capitalização bolsista voltaram a estar pressionadas (-2,5%).

Na Europa, o índice MSCI valorizou 9,2%, impulsionado pela valorização das praças alemã (+20,1%) e espanhola (+20,7%), com o índice francês CAC entre os menos bem-sucedidos (+3,9%) no semestre.

Os títulos de menor capitalização bolsista beneficiaram da expectativa de maior dinamismo da procura doméstica europeia e somaram uma valorização semestral de 12,6%.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia esteve em plano de destaque contra o cabaz dos seus parceiros comerciais

e encerrou o período com uma apreciação de 5,9%, beneficiada pelas perspetivas mais favoráveis para o crescimento potencial da região.

Não obstante a diferenciação de políticas monetárias entre os EUA e a Área do Euro ao longo do primeiro semestre de 2025, o euro averbou ainda assim ganhos de 13,8% contra o dólar dos EUA, com base na deterioração das perspetivas económicas para os EUA, na erosão associada à trajetória orçamental e da dívida pública, bem como outras políticas nocivas da Administração Trump. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes valorizou cerca de 8% no primeiro semestre de 2025.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 3,3% nos primeiros seis meses do ano, embora marcado por uma elevada disparidade de performances.

O segmento com maiores ganhos foi o de metais preciosos, com valorizações de 26% do ouro e de 25% da prata, acompanhados pela valorização de 23,5% do cobre. Apesar do insucesso de Trump nas negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perspetivas económicas mais fragilizadas e o aumento de produção da OPEP resultaram numa quebra superior a 8% da cotação do barril do Brent.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

A **11 de abril** foi incluído o **Banco Bic Português** como entidade comercializadora da Categoria A do Fundo IMGA Money Market Eur.

NOVOS FUNDOS

● **IMGA Crescimento PPR/OICVM**

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma.



ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

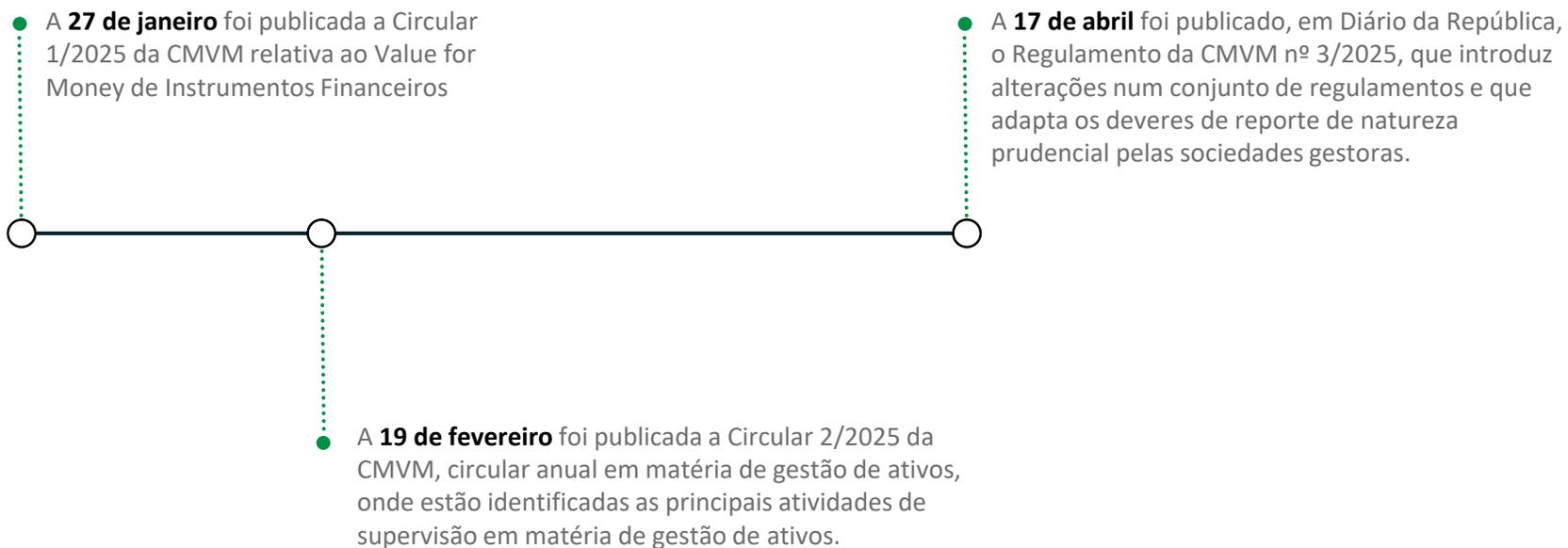
● A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

● A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2024.



EVENTOS REGULATÓRIOS



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço**Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Relatório de Auditoria****Desempenho Fundos de Obrigações**

Com a redução gradual das taxas de juro pelos bancos centrais, incluindo o corte de um total de 100 pontos base por parte do BCE em 2025, o contexto manteve-se relativamente favorável para os fundos de obrigações. O setor beneficiou também da diminuição dos spreads de crédito e de alguma estabilidade nos resultados das empresas.

Segundo a APFIPP, os ativos sob gestão no segmento de obrigações em Portugal aumentaram 12,8% no primeiro semestre de 2025, atingindo €4.308 milhões no final de junho. No universo da oferta da IMGA, os ativos sob gestão registaram uma ligeira redução neste segmento, passando de €902,8M em dezembro de 2024 para €894M em junho de 2025, o que traduz uma variação de -1% no semestre, em grande medida condicionada pelo vencimento de dois fundos com maturidade definida ao longo deste período.

No que diz respeito ao desempenho, as rendibilidades foram diferenciadas em função da composição dos ativos e das estratégias de cada fundo. Destaca-se, pela positiva, o IMGA Rendimento Mais,

que valorizou cerca de 1,8% na sua categoria institucional e 1,5% na de retalho, no semestre, beneficiando de uma yield mais elevada e do estreitamento dos spreads de crédito. Com comportamento não tão favorável esteve o IMGA Dívida Pública Europeia com uma performance quase nula no semestre.

Em termos de captação de investimento, os fundos de obrigações apresentaram subscrições líquidas que totalizaram €35M no semestre, evidenciando-se os fundos IMGA Euro Taxa Variável e IMGA Portuguese Corporate Debt evidenciaram-se com subscrições líquidas de €16,8M e €13,5M, respetivamente. No caso do fundo dedicado à dívida empresarial nacional, este crescimento dos ativos sob gestão representa um aumento de 57,3% face ao final do ano.

A alocação de ativos procurou manter uma abordagem equilibrada, centrada na qualidade do crédito e na procura de oportunidades seletivas, ajustando sempre a gestão ao contexto de mercado.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	3,96%	0,92%	2	3,48%	0,93%	2	1,52%	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	3,96%	0,92%	2	3,45%	0,93%	2	1.51% (*)	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	4,37%	0,92%	2	3.83% (*)	0,94%	2	1.76% (*)	0,99%	2
CA RENDIMENTO	3,77%	0,56%	2	3,53%	0,95%	2	1,34%	1,10%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	4,39%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,09%	1,65%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	4,40%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1.14% (*)	1,65%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	3,04%	5,05%	4	0,94%	4,58%	3	-1,26%	4,21%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	3,04%	5,05%	4	0,96%	4,59%	3	-1.2% (*)	4,21%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	5,22%	2,76%	3	4,63%	2,93%	3	0,78%	2,89%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	5.74% (*)	-	-	5.16% (*)	-	-	1.29% (*)	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	2,83%	0,30%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	1,44%	1,59%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2026 SERIE I	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

A Categoria A do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Serie I, constitui-se em julho de 2024 pelo que não têm rendibilidade a 1 ano.

As Categorias R e P do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, a 27 de junho de 2024 e 16 de maio de 2024, pelo que não têm rendibilidades a 3 e 5 anos.

Data de referência: 30 de junho de 2025

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por elevada volatilidade nos mercados financeiros, impulsionada por conflitos geopolíticos em várias partes do mundo - incluindo a guerra na Ucrânia, o conflito na Faixa de Gaza, crises humanitárias e tensões entre grandes potências económicas como os Estados Unidos e China – e ainda pela adoção e retaliação de políticas comerciais protecionistas e por ajustamentos das políticas monetárias dos principais bancos centrais.

Apesar de se manter resiliente, a economia americana começou a dar sinais de abrandamento, com o PIB a recuar 0,5% no primeiro trimestre de 2025. A imposição de novas tarifas comerciais pela Administração Trump reacendeu os receios inflacionistas e aumentou a incerteza quanto ao rumo da política monetária. Ao mesmo tempo, as preocupações em torno da sustentabilidade orçamental e do aumento da dívida pública penalizaram o mercado de Treasuries. Ainda assim, a robustez do mercado laboral tem permitido à Reserva Federal adotar uma abordagem cautelosa, sem pressa em avançar com novos cortes de taxas. Na Europa, o BCE continuou o processo de normalização da Política Monetária, contudo, os dados mistos (inflação subjacente elevada, crescimento fraco e instabilidade política) limitam o espaço para novos cortes.

Na frente europeia, o maior destaque vai

para o *sell-off* histórico dos Bunds em março, após os anúncios de um vasto pacote de investimento em defesa por parte da Alemanha e da queda do *debt-brake*, o que se traduzirá num aumento significativo da dívida emitida pelo país nos próximos anos. Assim, as yields terminaram o semestre a subir de forma significativa nos médio e longo prazos, tendo caído nos prazos mais curtos, nas duas curvas de referência. A dívida periférica europeia manteve o bom desempenho, tendo-se destacado Itália pelos bons resultados de execução orçamental do governo de Meloni. França registou uma recuperação relativa, apesar do contexto político fragmentado.

No mercado de crédito privado, os spreads de *Investment Grade* mostraram resiliência, com pequenos estreitamentos de spread no semestre, enquanto o *High Yield* saiu penalizado pelos receios em torno do crescimento. Destaque positivo para o retorno total das classes mais arriscadas, nomeadamente AT1. O mercado primário manteve-se dinâmico, com forte procura por novas emissões, mesmo em períodos de maior incerteza. A resiliência dos emitentes não-financeiros e a qualidade dos ativos dos emitentes financeiros continuam a sustentar os spreads, apesar do elevado nível de incerteza que persiste para o segundo semestre.

A estratégia do Fundo IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada 2026 Serie I assentou

na gestão do risco de crédito dos emitentes que o compõem, bem como em assegurar o reinvestimento dos títulos vencidos a taxas remuneratórias que não comprometam a capacidade de remunerar o cliente na totalidade do rendimento sinalizado. Dado tratar-se de um fundo de taxa indexada, a duração média do fundo manteve-se em níveis reduzidos, estando o fundo naturalmente mais resguardado do risco de taxa de juro.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre de 2025 foi influenciado pela evolução dos prémios de risco de crédito, nomeadamente do setor financeiro.

O Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Série I CAT A foi constituído em julho 2024, não apresentando ainda rendibilidade a um ano. No primeiro semestre do ano apresentou uma rendibilidade de 1,1%.

No final do primeiro semestre de 2025, o seu valor líquido global era de €13,6M.

Sendo um fundo de distribuição semestral, o fundo procedeu à distribuição de rendimentos aos participantes nos últimos 12 meses, num total de € 350.346,61, respetivamente € 198.668,55 no final do segundo semestre de 2024 e de € 151.678,06 no final do primeiro semestre de 2025. O que corresponde a uma taxa de TANB de 3,234% e de 2,275%, respetivamente.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	156 898	284 354	3
Administradores independentes	21 750	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	25 145	-	4
Colaboradores			
Colaboradores	1 177 153	451 169	51

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €31.980

pelos serviços prestados nesse âmbito. No primeiro semestre de 2025 foram pagos €9.554 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2024, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2025, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2025

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada Euro 2026 – Série I
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Valor da Carteira:

(30 de junho de 2025)

13 590 964 Euros

Data de Constituição:

18 de julho de 2024

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	Jun/2025
Rendibilidade	1,1%
Risco (nível)	1

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo deterá, no mínimo, 80% do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Nos últimos seis meses de maturidade do fundo, e à medida que as obrigações em carteira vão maturando, o fundo poderá deter até 100% do seu valor líquido global em depósitos bancários e/ou outros instrumentos do mercado monetário.

O património inicial do fundo será constituído por um mínimo de 30 emitentes e um máximo até 50 emitentes obrigacionistas de empresas Europeias e Norte Americanas de dívida sénior, com notação creditícia de *Investment Grade*, por pelo menos uma agência internacional de *rating*.

O fundo poderá investir em obrigações de taxa indexada, expressas direta ou indiretamente em euros, emitidas por entidades privadas ou emitidos ou garantidos por entidades públicas ou por organismos internacionais de carácter público. Os instrumentos de dívida referidos deverão apresentar, à data do investimento, uma qualidade de crédito medida pela notação de *rating* equivalente aos escalões das agências de *rating* considerados apropriados para investimento (*Investment Grade*) atribuída por pelo menos uma agência internacional de referência, ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. Até 10% do seu valor líquido global, o fundo pode investir em unidades de participação de outros OIC compatíveis

com o objetivo do fundo, incluindo fundos de investimento geridos pela IM Gestão de Ativos. Para a gestão da liquidez necessária, o fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações em instrumentos de mercado monetário, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e papel comercial na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do fundo, tendo em conta a sua política de investimentos. O fundo não segue uma alocação setorial ou geográfica fixa.

O fundo não investe, direta ou indiretamente, em ações ordinárias nem recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. Os ativos são selecionados de entre a lista de emitentes acima referida, essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à sua qualidade em termos de risco de crédito e ao contexto macroeconómico em que se inserem.

O fundo não se encontra referenciado a um índice do mercado monetário ou de capitais.



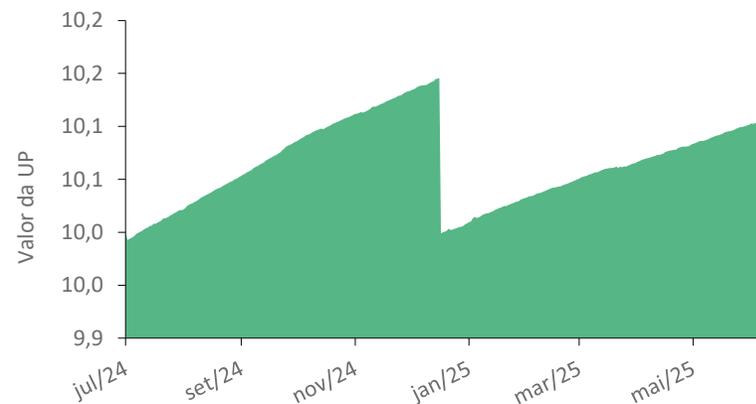
EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Durante este período ocorreram duas distribuições, uma no final de dezembro correspondente a uma taxa de TANB de 3,234% e outra no final do período (jun.25) correspondente a de 2,275%.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Valor da UP



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2024	30.06.2025
Nº. UP's em circulação	1 346 175,2860	1 344 425,2860
Valor Unitário UP (Euro)	10,1450	10,1092

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

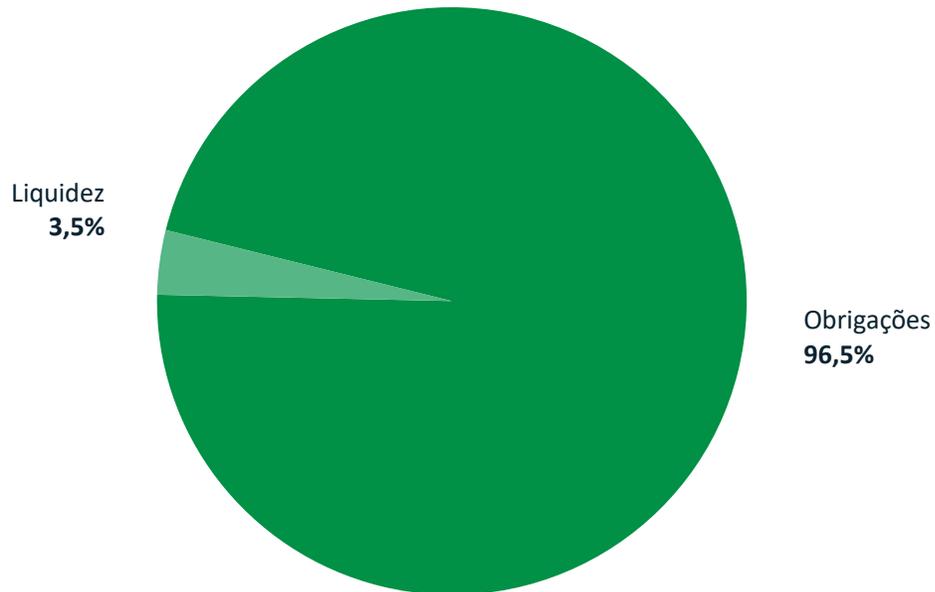
30.06.2025

Valores mobiliários	13 381 782
Saldos bancários	173 297
Outros ativos	47 308
Total dos ativos	13 602 388
Passivos	11 423
Valor Líquido de Inventário	13 590 964

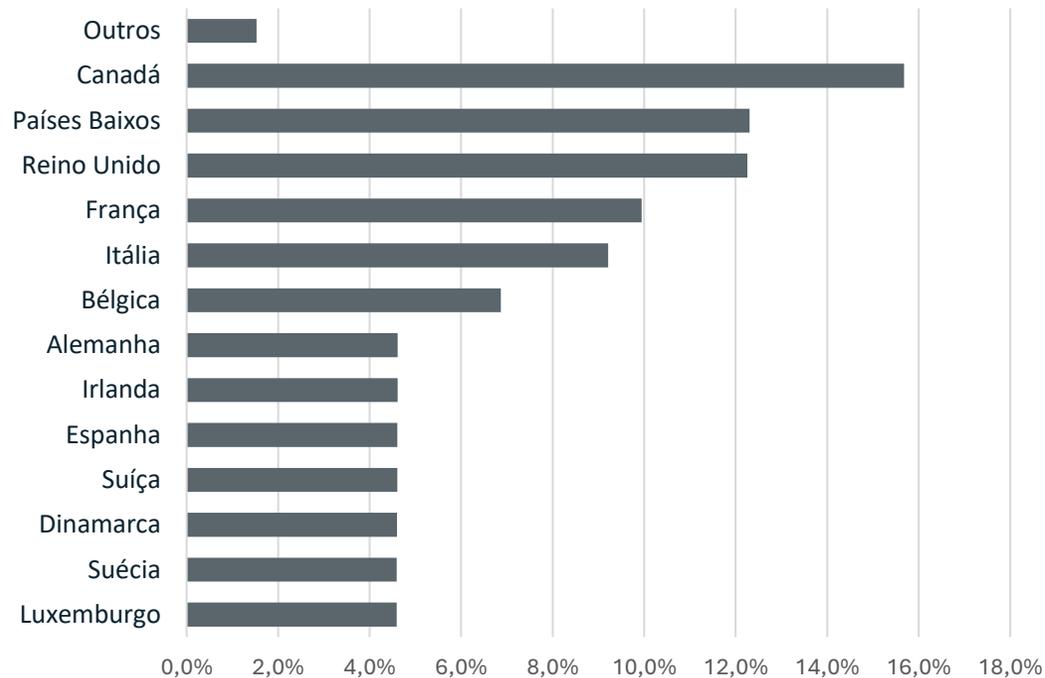


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



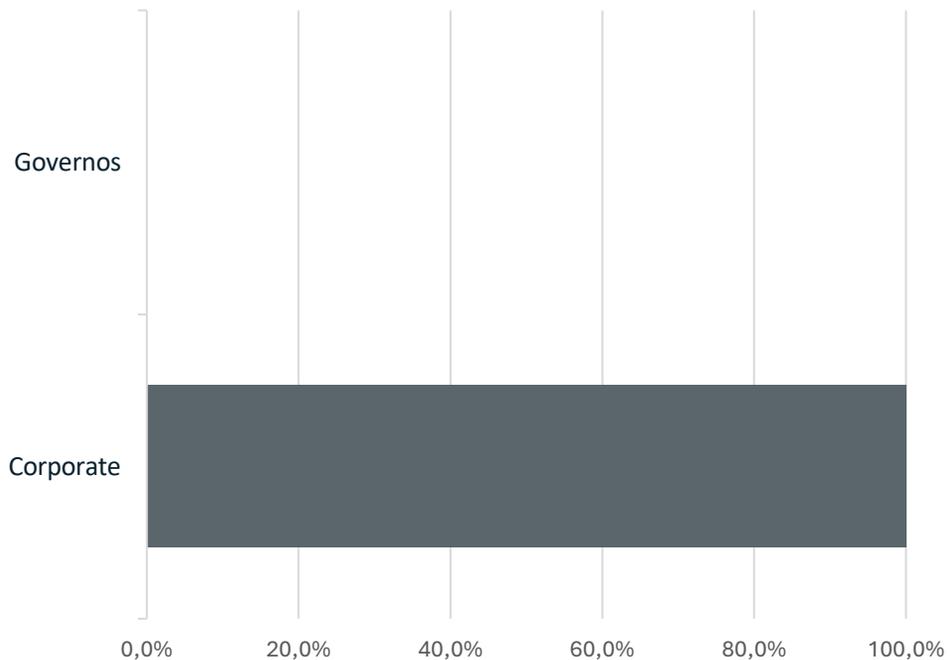
País



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Tipo de Emitente



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Tipo Cupão



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	603 704	-	2 204	601 500	2207	603 707	4%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	11 589 097	1 523	20 272	11 570 347	42 591	11 612 938	87%
O.M.Regulamentados Estados UEs	900 862	435	322	900 975	2 511	903 486	7%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO							
	304 068	4 892	-	308 960	-	308 960	2%
TOTAL	13 397 731	6 849	22 799	13 381 782	47 308	13 429 091	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	205 283
Outros investimentos	529
Mais-valias de investimento	5 468
Custos	
Custos de gestão	(33 561)
Custos de depósito	(4 027)
Outros encargos, taxas e impostos	(7 395)
Menos-valias de investimentos	(15 636)
Custos de negociação	(286)
Lucro líquido	150 375
Lucros distribuídos	(198 669)
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	-
Resgates	(17 639)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

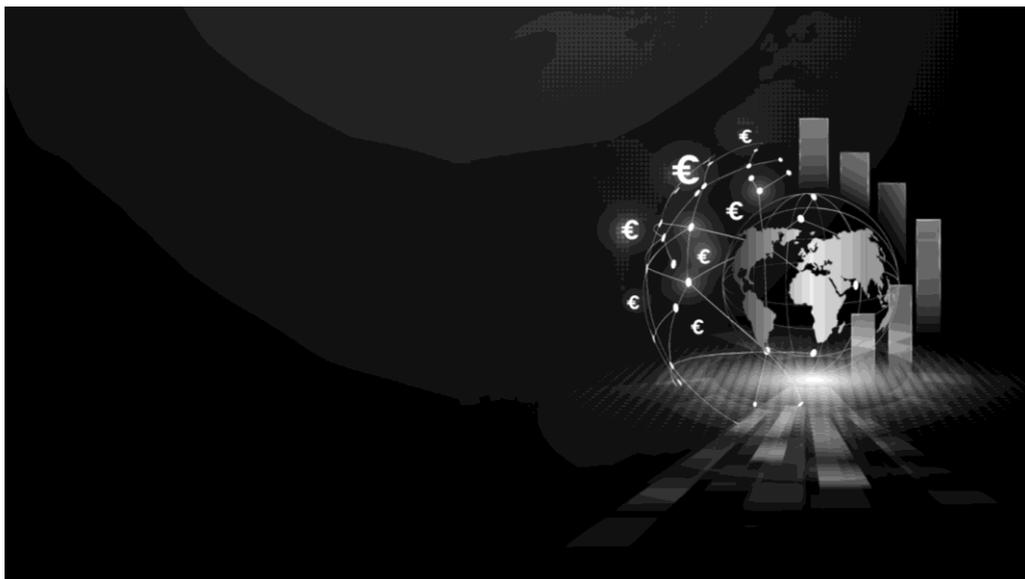
(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2024	13 656 897	10,1450
30.06.2025	13 590 964	10,1092

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O fundo não recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados.





i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

		ATIVO				
		30-06-2025			31-12-2024	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	13 093 663	1 958	(22 799)	13 072 822	13 236 806
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	304 068	4 892		308 960	304 918
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>13 397 731</u>	<u>6 849</u>	<u>(22 799)</u>	<u>13 381 782</u>	<u>13 541 724</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores					
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	173 297			173 297	76 524
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>173 297</u>			<u>173 297</u>	<u>76 524</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos	47 308			47 308	65 147
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>47 308</u>			<u>47 308</u>	<u>65 147</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>13 618 337</u>	<u>6 849</u>	<u>(22 799)</u>	<u>13 602 388</u>	<u>13 683 395</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				1 344 425	1 346 175

		PASSIVO	
		Período	
Código	Designação	30-06-2025	31-12-2024
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	13 444 253	13 461 753
62	Variações Patrimoniais	(439)	(300)
64	Resultados Transitados	195 444	
65	Resultados Distribuídos	(198 669)	
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	150 375	195 444
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>13 590 964</u>	<u>13 656 897</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes		12 677
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	6 665	10 551
424+...+429	Outras contas de Credores	1 697	1 732
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>8 362</u>	<u>24 960</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	3 062	1 538
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 062</u>	<u>1 538</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>13 602 388</u>	<u>13 683 395</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	10.1092	10.1450



(valores em Euro)

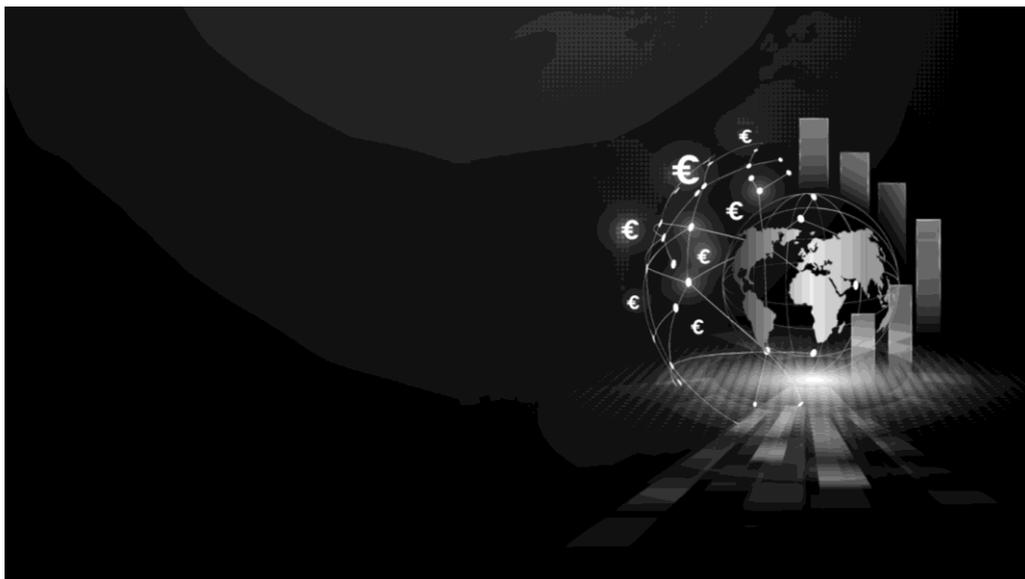
EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Período	
		30-06-2025	31-12-2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Período	
		30-06-2025	31-12-2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

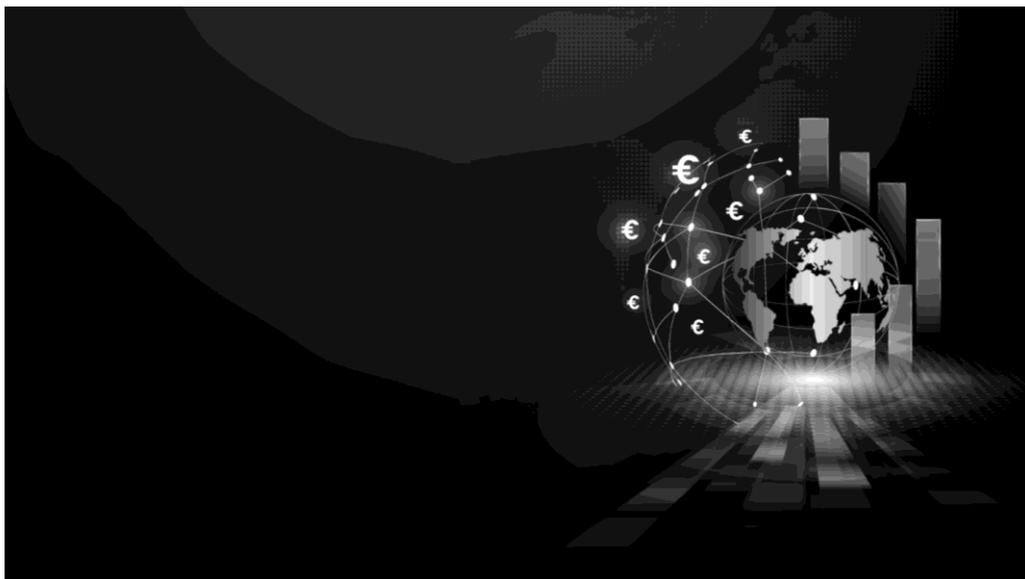


i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
Código	Designação	Período 30-06-2025	Código	Designação	Período 30-06-2025
	Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
	Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	
711+718	De Operações Correntes		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	205 283
719	De Operações Extrapatrimoniais		811+814+827+818	De Operações Correntes	
	Comissões e Taxas		819	De Operações Extrapatrimoniais	
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	286		Rendimento de Títulos	
724+...+728	Outras Operações Correntes	38 563	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	
729	De Operações Extrapatrimoniais		829	De Operações Extrapatrimoniais	
	Perdas em Operações Financeiras			Ganhos em Operações Financeiras	
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	15 636	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 468
731+738	Outras Operações Correntes		831+838	Outras Operações Correntes	
739	Em Operações Extrapatrimoniais		839	Em Operações Extrapatrimoniais	
	Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e		851	Provisões para Encargos	
7412+7422	Impostos Indirectos	4 895	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	529
7418+7428	Outros impostos			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<i>211 280</i>
	Provisões do Exercício				
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 524			
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<i>60 905</i>			
79	Outros custos e perdas das SIM		89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>	
	Custos e Perdas Eventuais			Proveitos e Ganhos Eventuais	
781	Valores Incobráveis		881	Recuperação de Incobráveis	
782	Perdas Extraordinárias		882	Ganhos Extraordinários	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	150 375	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	
	<i>TOTAL</i>	<i>211 280</i>		<i>TOTAL</i>	<i>211 280</i>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	194 828	F - E	Resultados Eventuais	
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	150 375
B-A	Resultados Correntes	150 375	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	150 375



i m | g | a |

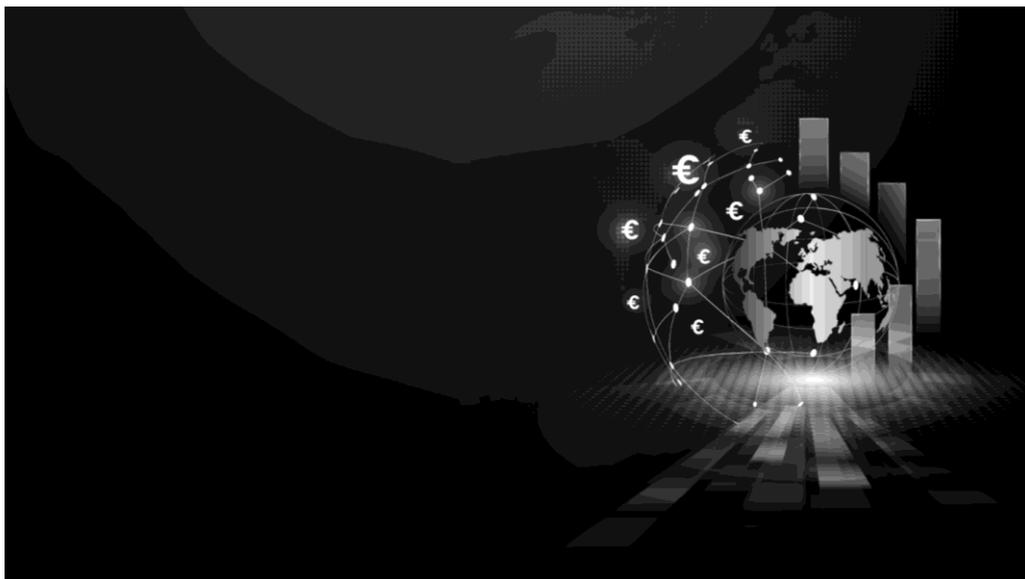
Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-25	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:		0
PAGAMENTOS:		228 984
Resgates de unidades de participação	30 316	
Rendimentos pagos aos participantes	198 669	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(228 984)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos		
RECEBIMENTOS:		1 125 470
Venda de títulos e outros ativos	301 179	
Reembolso de títulos e outros ativos	600 000	
Juros e proveitos similares recebidos	224 291	
PAGAMENTOS:		752 819
Compra de títulos e outros ativos	752 532	
Outras taxas e comissões	35	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	251	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		372 651
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		0
PAGAMENTOS:		0
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		0
PAGAMENTOS:		47 423
Comissão de gestão	38 599	
Comissão de depósito	4 214	
Taxa de supervisão	1 140	
Impostos e taxas	3 471	
Fluxo das operações de gestão corrente		(47 423)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		529
Outros recebimentos de operações eventuais	529	
PAGAMENTOS:		
Fluxo das operações eventuais		529
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		96 773
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		76 524
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		173 297





i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Obrigações Globais Euro 2026 – Série I – Fundo de Investimentos Mobiliário Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 31 de maio de 2024, tendo iniciado a sua atividade em 18 de julho de 2024.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de dez euros cada, à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2025
Valor base	13 461 753	-	(17 500)			13 444 253
Diferença p/Valor Base	(300)	-	(139)			(439)
Resultados acumulados	-			195 444		195 444
Resultados do período	195 444			(195 444)	150 375	150 375
SOMA	13 656 897	-	(17 639)	-	150 375	13 590 964
Nº de Unidades participação	1 346 175	-	(1 750)			1 344 425
Valor Unidade participação	10.1450		10.0796			10.1092

Em 30 de junho de 2025 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A		
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	30-06-25	10.1092	13 590 964	1 344 425
	31-03-25	10.0598	13 542 226	1 346 175
Ano 2024	31-12-24	10.1450	13 656 897	1 346 175
	30-09-24	10.0673	13 574 975	1 348 425
	30-06-24	-	-	-
	31-03-24	-	-	-

Em 30 de junho de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	3
0.5% ≤ UPs < 2%	33
UPs < 0.5%	426
TOTAL	462



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Intesa SanPaolo SPA Float 16/11/25	603 704	-	(2 204)	601 500	2 207	603 707
	603 704	-	(2 204)	601 500	2 207	603 707
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Banco Santander SA Float 29/01/26	602 743	-	(1 189)	601 554	2 936	604 490
Bank of Nova Scotia Float 12/12/25	301 282	-	(829)	300 453	371	300 824
Banque Fed Cred Mutuel Float 08/09/25	100 311	-	(372)	99 939	136	100 075
Belfius Bank SA/NV Float 17/09/26	901 131	-	(1 401)	899 730	781	900 511
BNP Paribas Float 20/03/26	300 214	110	-	300 324	193	300 517
CA AutoBank SPA IE Float 26/01/26	604 232	-	(2 642)	601 590	3 106	604 696
Canadian Imperial Bank Float 27/03/26	600 658	75	-	600 732	120	600 852
Cooperatieve RaboBank UA Float 03/11/26	302 978	-	(1 286)	301 692	1 281	302 973
Deutsche Bank AG Float 15/01/26	602 840	-	(1 358)	601 482	3 710	605 192
DSV Finance BV Float 06/11/26	400 440	836	-	401 276	1 615	402 891
HSBC Holdings PLC Float 24/09/26	605 199	-	(4 053)	601 146	303	601 449
ING Bank NV Float 02/10/26	605 258	-	(1 958)	603 300	4 444	607 744
KBC Ifima SA Float 04/03/26	300 681	-	(447)	300 234	505	300 739
Koninklijke Ahold Delhaize Float 11/03/26	300 657	-	(336)	300 321	358	300 679
Leasys SPA Float 08/04/26	601 176	30	-	601 206	4 251	605 457
Met Life Glob Funding I Float 17/09/26	100 000	84	-	100 084	89	100 173
National Bank of Canada Float 06/03/26	601 183	-	(343)	600 840	964	601 804
Nationwide BLDG Society Float 10/11/25	100 239	-	(129)	100 110	359	100 469
Natwest Markets PLC Float 09/01/26	301 452	-	(774)	300 678	2 024	302 702
Nykredit Realkredit AS Float 27/02/26	603 574	-	(1 906)	601 668	1 524	603 192
OP Corporate Bank PLC Float 21/11/25	100 350	-	(200)	100 150	284	100 434
Societe Generale Float 19/01/26	300 991	-	(466)	300 525	1 573	302 098
Standard Chartered Bank Float 15/10/26	600 000	-	-	600 000	3 393	603 393
Toronto-Dominion Bank Float 16/04/26	550 676	-	(137)	550 539	3 016	553 555
UBS AG London Float 12/04/26	600 122	388	-	600 510	3 356	603 866
Vinci SA Float 13/05/26	600 711	-	(447)	600 264	1 899	602 163
	11 589 097	1 523	(20 272)	11 570 347	42 591	11 612 938
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA Float 21/08/26	300 000	435	-	300 435	925	301 360
Volvo Treasury AB Float 22/05/26	600 862	-	(322)	600 540	1 586	602 126
	900 862	435	(322)	900 975	2 511	903 486
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	304 068	4 892	-	308 960	-	308 960
	304 068	4 892	-	308 960	-	308 960
TOTAL	13 397 731	6 849	(22 799)	13 381 782	47 308	13 429 091



4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.



- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.



Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



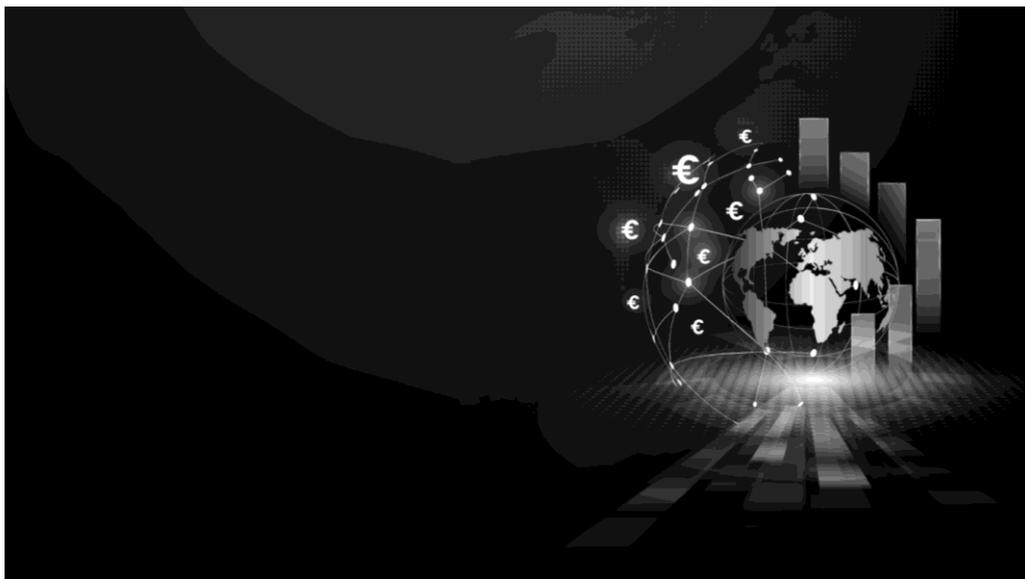
15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	34 903	0.52%
Comissão de Depósito	4 188	0.06%
Taxa de Supervisão	975	0.02%
Custos de Auditoria	1 524	0.02%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	3 386	0.05%
Outros Custos Correntes	251	0.00%
TOTAL	45 228	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.68%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026 Serie I - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 13 602 388 euros e um total de capital do OIC de 13 590 964 euros, incluindo um resultado líquido de 150 375 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026 Serie I - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

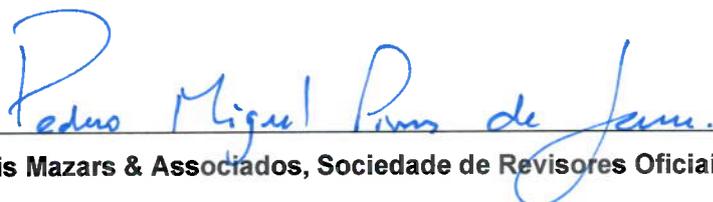


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2025



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)